

RESOLUÇÃO Nº 001/2012

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E / OU INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E /OU AO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAJATI, ESTADO DE SÃO PAULO.

O conselho dos direitos da Criança e do Adolescente de Cajati, CMDCA, criado pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e pela lei complementar Municipal 154/94 de 19 de Dezembro de 1.994, alterado pela Lei Municipal 335/98 de 18 de outubro de 1.998, sofrendo novas alterações pela Lei Municipal nº 963 de 1º de julho de 2009, deliberativo e controlador das políticas dirigidas á crianças e ao adolescente no âmbito municipal, no uso de suas competências.

Considerando:

- . a necessidade de estabelecer procedimentos para a obtenção do registro das entidades não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- . a necessidade de regulamentar os procedimentos com vista a inscrição dos programas de atendimento as crianças e /ou adolescentes executados pelas Entidades Governamentais e Não Governamentais, de conformidade com o parágrafo único do artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Resolve:

Art. 1º- Aprovar os procedimentos de solicitação de registro para Entidades Não Governamentais e a inscrição dos Programas, para Entidades Governamentais e Não Governamentais que executem programas de proteção e/ou sócio-educativo, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art.2º- As entidades Não Governamentais, já existentes no Município de Cajati, deverão no prazo de 90 (noventa dias), a partir da publicação desta Resolução, solicitar seu registro e inscrever seus programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único – As Entidades Não governamentais que vieram a instalar-se no Município terão prazo de 15 (quinze) dias, a partir do registro de seus estatutos, para solicitar o seu registro e inscrever seus programas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - A solicitação de registro pela Entidade Não-Governamental deverá ser feita através de requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em formulário fornecido pelo Conselho, conforme Anexo I, parte integrante desta Resolução.

Parágrafo Único – O registro terá validade por prazo de quatro anos, podendo ser cassado, verificada qualquer irregularidade no decorrer de sua vigência, sendo reavaliado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente a cada dois anos.

Art. 4º - A Entidade Não-Governamental deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção do registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

I – cópia do Estatuto da Entidade, devidamente registrado no órgão competente onde deverá constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento da criança e/ou do adolescente;

II- cópia da ata da ultima eleição da diretoria;

III- declaração de idoneidade, expedida pelo Presidente da Entidade, de todos os integrantes do quadro de pessoal da mesma, conforme preconiza o art. 91, Parágrafo Único, alínea “d” do Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV- cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência e do Alvará Sanitário válidos, expedidos pelos órgãos competentes;

V- cópia do Cartão atualizado de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda;

VI- plano de trabalho compatível com princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - formulário cadastral (Anexo II) específico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, preenchido pelo requerente.

Art. 5º - Após a análise e aprovação da documentação apresentada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitará de cada órgão gestor responsável pela política setorial, um parecer técnico que discorrerá sobre as instalações físicas da Entidade bem como a sua capacidade de desenvolver o programa apresentado no Plano de Trabalho.

§ 1.º - Órgão gestor terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir do recebimento da solicitação especificada no “caput” do artigo 5º, para expedir o parecer.

§ 2. - “As exigências contidas no caput deste artigo, aplicam-se também às entidades governamentais.”.

Art. 6º- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de posse do processo de registro, devidamente instruído, apreciará a solicitação da Entidade emitindo, em caso de deferimento o “Atestado de registro”.

As entidades Governamentais e Não Governamentais deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Resolução, proceder à inscrição de seus programas, apresentando:

- I- requerimento solicitando a inscrição do programa, assinado pelo responsável da Entidade;
- II- formulário cadastral (Anexo III), específico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, preenchido pelo requerente;
- III- projetos a serem inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme classificação dos programas e regimes estabelecidos no Manual de Orientação organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único- Toda e qualquer alteração ocorrida nos programas inscritos deverá ser comunicada por escrito, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - Após a análise do Programa apresentado pelas Entidades, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá comunicar à Autoridade Judiciária e aos Conselhos Tutelares o registro das Entidades e a inscrição dos Programas apresentados.

Art. 8º - Indeferido o pedido de registro e/ou inscrição de Programas, a Entidade poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência do indeferimento interpor recurso que será julgado pela Plenária no prazo de 45 dias (quarenta e cinco dias) a contar do recebimento do mesmo.

Art. 9º- Toda a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relacionada com o registro de Entidades Não- Governamentais e inscrição de Programas das Entidades Governamentais e Não- Governamentais, será encaminhada aos Conselhos Tutelares e Autoridade Judiciária.

Art. 10º– Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Ministério Público da Infância e Juventude, o nome e o endereço das Entidades Governamentais e Não- Governamentais que executem programas de proteção e sócio – educativos com crianças e/ou adolescentes que não solicitarem suas inscrições e/ou registros nos prazos estabelecidos nesta resolução, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 11º – Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares qualquer irregularidade que tenha conhecimento quanto aos programas desenvolvidos pelas Entidades Governamentais e Não – Governamentais.

Parágrafo Único – Após a verificação, por parte do órgão responsável, da irregularidade comunicada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente procederá se for o caso, a suspensão ou cassação do registro da Entidade, assegurando-se à mesma o devido processo legal e o amplo direito de defesa.

Art. 12º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cajati, 25 de maio de 2012

Andréia Aparecida de Oliveira Moreira
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente

**DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ATENDIMENTO DE
APRENDIZAGEM – LEI 10.097, DE 19 DE
DEZEMBRO
DE 2000 E REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS
DE REGISTRO DE ORGANIZAÇÕES
GOVERNAMENTAIS E NÃO
GOVERNAMENTAIS E INSCRIÇÕES
DESSES
PROGRAMAS AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE
CAJATI, ESTADO DE SÃO PAULO.**

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cajati, CMDCA, criado pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e pela Lei Complementar Municipal 154/94 de 19 de Dezembro de 1.994, alterada pela Lei Municipal 335/98 de outubro de 1.998, sofrendo novas alterações pela Lei Municipal nº 963 de 1º de julho de 2009, deliberativo e controlador das políticas dirigidas à criança e ao adolescente no âmbito municipal, no uso de suas competências.

Considerando:

O artigo 430 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com a redação dada pela Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que faculta às Organizações Governamentais e Não Governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, a executarem programas de aprendizagem profissional para adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos e que estas Organizações Governamentais e Não-Governamentais, para desenvolverem programas de aprendizagem profissional, devem proceder à inscrição dos mesmos junto ao CMDCA; o disposto na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; o disposto no Título II, Capítulo V – DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E A PROTEÇÃO NO TRABALHO, do Estatuto de Criança e do Adolescente; o disposto na Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Capítulo III – Da Educação Profissional, bem como o Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997;

A Portaria Ministerial no. 702, de 18 de dezembro de 2001, que estabelece normas para avaliação da competência das Organizações Governamentais e Não- Governamentais que se propõe a desenvolver programas de aprendizagem conforme artigo 430 da CLT, regulamentada pela Instrução Normativa 26, de 20 de dezembro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego;

. as Portarias nos. 20, de 13 de setembro de 2001, e 04, de 21 de março de 2002, ambas da Secretaria de Inspeção do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego, que proíbem e dispõem sobre o Trabalho do menor de 18 anos, nos locais e serviços perigosos ou insalubres; a Resolução 74, de 13 de setembro de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

. o conteúdo do Manual de Orientação – Aprendizagem Profissional, Lei 10.097, de 19.12.2000, expedido pela Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo / Seção de Fiscalização de Trabalho, em outubro de 2012; que na concepção internacional de formação técnico profissional, segundo glossário da UNESCO, formação técnico profissional é termo utilizado em sentido lato para designar o processo EDUCATIVO quando este implica, além de uma formação geral, estudo de caráter técnico e a aquisição e conhecimento e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões em diversos setores da vida econômica e social. Como consequência de seus extensos objetivos, o ensino técnico e profissional distingue-se da “formação profissional” que visa essencialmente à aquisição de qualificações práticas e de conhecimentos específicos necessários para a ocupação de um determinado emprego ou de um grupo de empregos determinados.

Resolve:

Art. 1º - As Organizações Governamentais e Não-Governamentais qualificadas em formação técnico-profissional metódica, que desenvolvem ou venham a desenvolver Programas de Aprendizagem Profissional de Adolescentes, de acordo com a Lei nº 10.097/2000, deverão ter o registro no CMDCA e proceder à inscrição de cada um de seus programas, bem como suas alterações ou renovações, conforme Lei 8069/90 e resoluções deste Conselho;

Art. 2º- As Organizações Governamentais e Não Governamentais que mantiverem inscrição de Programas de Aprendizagem devem comunicar ao CMDCA, qualquer modificação feita em seus cargos diretivos, assim como em suas instalações físicas e normas de funcionamento, ou qualquer outra alteração quanto aos objetivos sociais e dos Programas de Aprendizagem;

Art. 3º - Os programas de Aprendizagem pressupõem a formação técnico-profissional metódica de adolescentes na faixa etária dos 14 aos 18 anos incompletos, observando-se o disposto nos artigos 67,68 e parágrafo 1º, e, 69, do ECA, respeitando-se a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

Art. 4º - Os cursos básicos nos termos do artigo 2º da portaria 702 de 18/12/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego, poderão ser organizados em módulos, sendo que cada

módulo terá uma terminalidade, com direito à certificação, devendo ser estruturado de modo a respeitar as exigências da respectiva função;

Art. 5º - Os programas de Aprendizagem deverão ser elaborados pelas próprias Organizações Governamentais e Não Governamentais que deverão executá-los, contemplando o previsto na Portaria 702, DE 18/12/2001, do Ministério do Trabalho e Emprego;

Art 6º - As Organizações Governamentais e Não Governamentais que oferecem cursos de nível básico de acordo com o artigo 2º da Portaria 702/01, deverão contar com, pelo menos, um coordenador do programa, sendo este um técnico habilitado, participante de equipe interdisciplinar e com experiência comprovada de, no mínimo 02 (dois) anos de trabalho com adolescentes;

Art. 7º - Deverão ser apresentados os seguintes documentos para solicitação de inscrição nos Programas de Aprendizagem, após o registro da entidade no CMDCA:

I - Requerimento dirigido ao Presidente do CMDCA, em papel timbrado, em 02 (duas) vias, solicitando a inscrição do programa e /ou atualização de dados;

II – Plano de trabalho de cada um dos programas, compatíveis com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e outras legislações pertinentes;

III – Planejamento do Curso contendo informações sobre a sua elaboração, implementação, realização e recursos, inclusive financeiros.

Art. 8º As Organizações Governamentais e Não Governamentais registradas no CMDCA/ Cajati/SP, deverão protocolar seu Plano de Trabalho, especificando suas ações de educação profissional, contemplando concepções, princípios e estratégias metodológicas.

§ 1º - a Entidade que tiver seu Programa de Aprendizagem inscrito no CMDCA, terá o prazo de seis meses, para início das suas atividades, ocasião em que deverá apresentar relatório de início de atividades contendo:

Relação dos estabelecimentos que realizarão a contratação dos aprendizes;

Ramo das atividades;

Curso profissionalizante;

Início e a previsão de término do curso;

Número de aprendizes a serem contratados (de acordo com a legislação vigente);

Relação nominal de aprendizes contratados com número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

§ 2º - Caso a Entidade, não cumpra o prazo estipulado no parágrafo primeiro deste artigo, terá a inscrição do seu Programa de Aprendizagem Suspensa, por 60 (sessenta) dias, até que a apresente relatório de início das atividades, contendo todas as exigências contidas nas alíneas do parágrafo primeiro deste artigo.

§3º - Vencido o prazo de suspensão, será cancelada a inscrição do Programa de Aprendizagem no CMDCA.

§ 4º - O relatório deverá ser atualizado a cada seis meses, e deverá conter ainda, os aprendizes desligados e os motivos, bem como, as substituições efetuadas.

Art. 9º - Compete ao CMDCA quando da apresentação da documentação:

I – Receber todos os pedidos de inscrição de que trata esta Resolução, encaminhando o processo, instruído com os documentos exigidos, no artigo 10 da presente Resolução e demais exigidos pela Resolução 01/02 e 04/02 à Comissão de Registro e Inscrição, que verificará o preenchimento dos requisitos legais;

II – Estando formalmente instruído o processo, a Comissão de Registro e Inscrição, o encaminhará para o Departamento de Educação do município, o qual ficará responsável por criar uma comissão que emitirá parecer técnico, devolvendo-os à Comissão de Registro e Inscrição.

III – À Comissão de Registro e Inscrição e Comissão do Departamento de Educação, é facultado diligências com vistas a sanar omissões ou solicitar ao requerente adequação dos documentos e outras exigências, que entenderem cabíveis durante o processo;

IV-Devolvido os autos, a Comissão de Registro e Inscrição, emitirá parecer favorável ou desfavorável, encaminhando o processo para ciência da Diretoria Executiva do CMDCA.

1º - Cabe ao Colegiado do CMDCA, a decisão quanto a inscrição do Programa de Aprendizagem e, em sendo desfavorável, dever-se-á dar ciência, por meio de publicação no Diário Oficial do Município, explicitando os motivos do indeferimento.

2º - Das decisões de indeferimento, cabe recurso à Diretoria Executiva do CMDCA, no prazo de 10 (dez) dias contados do primeiro dia útil subsequente à publicação da decisão, em Diário Oficial do Municipal.

Art. 10º - Compete à Comissão do Departamento de Educação do município:

I – Analisar em conjunto com a equipe técnica – Departamento de Desenvolvimento e Assistência Social / Departamento de Saúde/ Demais Departamentos, todos os pedidos de inscrição de Programa de Aprendizagem;

II – Verificar se o Plano de Trabalho e toda a documentação apresentada estão em conformidade com a legislação em vigor, em especial, quanto ao ECA, Lei 10.097/2000 e, com esta Resolução, bem como com as demais normas legais específicas;

III – Solicitar relatório de fiscalização dos Conselhos Tutelares e parecer técnico dos órgãos da administração direta e indireta (Federal, Estadual e Municipal), quando julgar necessário;

IV – Emitir parecer, favorável ou desfavorável, quanto ao pedido e inscrição do programa, remetendo-o à Comissão de Registro e Inscrição;

V – Manter atualizado o Cadastro de Programas de Aprendizagem;

VI – Proceder o mapeamento das entidades, conforme a Resolução 74, do CONANDA no seu artigo 3º e Parágrafo Único.

Art. 11º - Cumpridas todas as exigências, o CMDCA se posicionará, no prazo de até 50 (cinquenta) dias, a contar da entrada do pedido, quanto à inscrição ou alteração do Programa.

Art. 12º - Esgotadas todas as tratativas, serão indeferidas as inscrições dos programas de aprendizagem que estiverem em desacordo com os preceitos legais.

Art. 13º - Os programas desenvolvidos pelas Organizações Governamentais e Não Governamentais, serão fiscalizados pelo Conselho Tutelar, Judiciário e Ministério Público, conforme preconiza o art. 95 do ECA, sendo que as irregularidades encontradas deverão ser comunicadas ao CMDCA, e à Unidade Descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 14º - As Organizações Governamentais e Não Governamentais, que já executam o Programa, terão um prazo de 80 (oitenta) dias, a partir da publicação desta Resolução, para solicitar a inscrição de seus Programas de Aprendizagem.

Art. 15º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cajati, 24 de maio de 2012.

Andréia Apª. De Oliveira Moreira
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente